



AH

ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação
dos Arqueólogos Portugueses

Volumes 64-65
2012-2013

150 ANOS
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES


ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

O MUSEU DO TEATRO ROMANO (LISBOA): UM TEATRO, UM MUSEU E UM PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO

Lídia Fernandes¹

¹ Arqueóloga. Mestre em História de Arte. Coordenadora Museu do Teatro Romano (Museu da Cidade – Câmara Municipal de Lisboa).

Resumo

Inaugurado em 2001, o Museu do Teatro Romano encontra-se actualmente encerrado para obras de remodelação e valorização. Apresentam-se alguns dos resultados obtidos ao longo de várias campanhas de escavação arqueológica que decorreram no museu e na área envolvente ao monumento romano. O novo discurso expositivo procurará transmitir os novos dados arqueológicos e as novas informações fornecidas pela investigação documental que, paralelamente, tem sido realizada, dados que, no seu conjunto, suscitam uma distinta concepção de museu.

O Museu do Teatro Romano procura actualmente, constituir-se como um museu de sítio, um museu da cidade e para a cidade.

Palavras-chave: Lisboa, Teatro romano, Monumento, Investigação, Museologia, Cidade, Arquitectura, Urbanismo.

Abstract

Opened in 2001, the Roman Theater Museum is currently closed for renovation and enhancement works. These are some of the results achieved over several campaigns of archaeological excavation that took place at the museum and in the surrounding area. The new exhibition discourse will seek to convey not only new archaeological data but also new information gathered through document research that led to a different conception of the museum.

The Roman Theater Museum seeks to establish itself as a site museum, a museum of the city and for the city.

Keywords: Lisbon, Roman theater, Monument, Research, Museology, City, Architecture, Urbanism.

1. INTRODUÇÃO

Quando, em 2001, o Museu do Teatro Romano foi inaugurado, pouco se sabia do monumento cénico ao qual se dedicava um espaço museológico.

Conhecia-se parte do edifício romano, correspondente à área que havia sido colocada a descoberta entre 1964 e 1967, existiam os registos de Irlsalva Moita que, a partir de 1965, havia assumido a intervenção arqueológica depois da breve sondagem realizada por D. Fernando de Almeida em 1964 e encontrava-se, também à vista, a parte do teatro colocada a descoberto entre 1990 e 1994, trabalhos realizados por equipa camarária e coincidente com a zona nordeste das bancadas.

Quanto a materiais arqueológicos, assumiam especial destaque, pela sua volumetria e aspecto ornamental, os elementos de decoração arquitectónica. Capitéis, fustes e bases constituíam o conjunto mais substancial e relevante das peças a expor, excluídos que estavam os milhares de fragmentos cerâmicos que existiam sem, no entanto, possuírem qualquer contexto estratigráfico ou indicação de proveniência. Assim sendo, o espólio a expor era, por um lado, diminuto e, por outro, carecia de interpretação que não, a que ele próprio, poderia fornecer.

A importância da decisão da criação do Museu do Teatro Romano tornou-se, não obstante o aparente esvaziamento de conteúdos que transparece do que acabamos de escrever, o ponto vital para encetar um real projecto de investigação sobre este monumento cénico romano o qual, em território nacional, conta apenas com mais um edifício de igual funcionalidade, ainda que mais tardio. Referimo-nos ao teatro de *Bracara Augusta*.

A partir de 2001 deu-se início a uma sistemática escavação das áreas expectantes que integravam o espaço do museu o que permitiu um melhor conhecimento da área a sul do teatro romano e, igualmente, a compreensão do próprio edifício enquadrado numa perspectiva diacrónica, autorizando compreender a ocupação humana deste local anterior à construção do monumento, nos inícios do séc. I

d.C., e, simultaneamente, os contextos posteriores à edificação do mesmo.

O manancial de informação recolhido ao longo de sete campanhas de escavação – desde 2001 até 2011 – permite hoje ter um conhecimento minucioso da evolução desta área da cidade de Lisboa onde se situa o monumento romano. Esta fatia histórica que se estende desde o séc. IV a.C. até à actualidade constitui um relato em primeira mão da evolução cidadina, das construções e reconstruções que se sucederam nesta área onde o teatro romano representa um dos momentos fulcrais num relato histórico em constante mutação.

O Museu do Teatro Romano constitui-se hoje mais como um museu de sítio do que um museu monográfico. Tendo como função dar a conhecer o teatro romano, estudá-lo e divulgá-lo, este museu tem também como missão perceber o que está antes e para além dele, funcionando como ponto de ancoragem da investigação realizada e a realizar.

2. UM MUSEU: A ARQUITECTURA E A HISTÓRIA DE UM EDIFÍCIO

O Museu do Teatro Romano, inaugurado em 2001, instalou-se numa edificação que havia pertencido ao antigo Cabido da Sé, localizada do lado norte da Rua Augusto Rosa e defronte da fachada desse mesmo lado da Sé Catedral (Figura 1).

Trata-se de um edifício rectilíneo, originalmente de dois pisos sendo o primeiro substancialmente mais alto que o superior. No piso térreo rasgam-se quatro janelas, quadradas, de espesso gradeamento e de molduras estreitas. A separação com o andar superior é sublinhada por uma sércia contínua, relevada. Aqui abrem-se portas altas em igual número do andar inferior e posicionadas no mesmo alinhamento vertical. A única porta existente nesta fachada, ao nível do r/c, encontra-se descentrada em relação à fenestração existente, ainda que localizada precisamente no eixo do edifício. No segundo piso pode ainda hoje contemplar-se uma pedra de armas pertencente ao arcebispo D. Afonso Furtado de Mendonça, prelado que guiou a diocese de



Figura 1 – Localização do Museu do Teatro Romano e indicação das áreas que engloba. Museu de museus.



Figura 2 – Fachada sul, actual, do Museu do Teatro Romano.

Lisboa entre os anos de 1627 e 1630. Curiosamente, a pedra de armas foi colocada no piso superior entre as duas portas centrais e não no eixo da fachada, como seria mais natural (Figura 2).

Pela investigação documental e bibliográfica que temos vindo a realizar é precisamente aqui que terá existido o antigo Celeiro da Mitra (FERNANDES, ALMEIDA, 2011, p. 111-122; FERNANDES, ALMEIDA, LOUREIRO, no prelo). Pouco se sabe sobre esta construção, sendo referida por Júlio de Castilho que, de forma resumida, a descreve como “edifício conhecido por celeiro da mitra, actualmente com rez-do-chão e dois andares (...). As paredes do rez-do-chão e primeiro andar são grossíssimas, e aquele só tinha originariamente um compartimento único, abobadado, sem apoios intermédios (...). O edifício tem, na sua parte posterior uma escada de cantaria para acesso ao primeiro andar, de que ainda se conserva uma parte, mas vedada” (CASTILHO, 1936, p. 217 e 218). Representado de forma esquemática em alguma da cartografia sobre Lisboa anterior ao terramoto de 1755, destaca-se a planta da autoria de João Nunes Tinoco¹, embora não conste qualquer referência ao edifício na respectiva legenda (o que

¹ Executada em 1650, reveste-se de particular importância, uma vez que constitui a mais antiga carta de Lisboa até hoje conhecida. Entretanto desaparecida, este exemplar constitui a primeira cópia do original, mandada realizar pelo general Pinheiro Furtado e por ele oferecido à Câmara Municipal de Lisboa no ano de 1850. Integra a colecção do Museu da Cidade, com o nº Inv.: MC.DES.1084.

se manterá em todos os restantes levantamentos). Será apenas numa planta da autoria de José Valentim de Freitas² que o Celeiro da Mitra surge pela primeira vez identificado cartograficamente e finalmente, o Tombo de 1755...³, ainda que se lhe refira muito abreviadamente, esclarece, de forma determinante, alguns aspectos com ele relacionados.

Refere-se aí que “O Aljube e o Celeiro estão distintos e habitados” (Tombo de 1755 ..., Fl. 24), terá sido esta razão, inclusivamente, que levou à não realização do respectivo levantamento, ao contrário das informações minuciosas que são fornecidas sobre as propriedades em seu redor e no restante tomo. Refere-se ainda naquela obra que “Da parte exterior da Varanda do Aljube até às casa de José Dias de Veras, (que estão entre as Ruas direita de S. Jorge, e a do Barão), tem de comprimento 100p., e de largura, medida dos Arcos da varanda do celeiro até à porta do palácio do Arcebispo 56 e /2”.

Esta é a única referência que possuímos sobre a existência de varandas no Aljube as quais, por

² O original consultado é uma cópia do desenho de José Valentim de Freitas por José Bácia, com o título *Planta da Baixa de Lisboa antes do terramoto, na zona das actuais freguesias da Sé, S. Tiago, S. Miguel, Castelo e S. Cristóvão e S. Lourenço*. Integra a colecção do Museu da Cidade, com o nº Inv.: MC.DES.4295.

³ Cópia que se encontra no Museu da Cidade com o título: “Cópia do Tombo da Cidade de Lisboa em 1755, que está no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, feita sobre uma copia do mesmo tomo, da letra de José Valentim de Freitas; que está na Associação dos Arqueólogos, por João Marques da Silva, em Junho de 1894”.

informação do autor, correspondem às “varandas do celeiro” as quais seriam suportadas por arcos. Poderemos pois concluir, que a fachada Sul deste edifício seria substancialmente distinta da que hoje possui e que o Celeiro e o Aljube estariam unidos entre si por arcarias ao nível da rua, solução habitual na Lisboa anterior ao terramoto a qual, desde época de D. Manuel terá progressivamente exigido legislação com vista à diminuição ou mesmo demolição das inúmeras “balcoadas” que existiam na cidade (CARITA, 1994, p. 17).

Apesar da informação transmitida pelo *Tombo de 1755*... em que se refere que os dois edifícios contíguos – Celeiro e Aljube – haviam resistido ao grande terramoto, acreditamos que, ainda assim, não terão sido poupados à nova regularização urbanística implementada pela reconstrução pombalina. Terá existido uma preocupação relacionada com o alargamento das artérias viárias exigindo uma rectificação da orientação das fachadas e obrigado à respectiva reimplantação, adotando estas uma orientação nascente poente, claramente mais geométrica.

A intervenção arqueológica realizada em 2009 no pequeno largo contíguo à fachada do Museu do Teatro Romano (antigo Celeiro da Mitra), permitiu detectar um conjunto de silhares em biocalcareo na parte inferior da fachada, evidenciando uma recolocação dos mesmos, correspondendo, muito provavelmente, a uma desmontagem da fachada original e a um reposicionamento aquando da sua reconstrução (FERNANDES, SEPÚLVEDA, ANTUNES, 2012, p. 44-55). Também o interior do piso inferior deste edifício (que não pertence ao Museu do Teatro Romano) é claramente uma reconstrução pombalina, com as janelas largas, ombreiras rectilíneas, elevado pé direito e abóbadas de arco abatido e enchimento em abobadilha, apoiada em pilares de alvenaria e cantaria. Se observarmos o r/c do edifício do Aljube, as soluções arquitectónicas são precisamente as mesmas, sendo iguais as fachadas e os gradeamentos de ambos os edifícios.

Também a pequena sondagem arqueológica realizada em 2009 no Pátio do Aljube permitiu descobrir a original fachada norte do antigo edifício

que deu nome ao pátio (FERNANDES, PIMENTA, CALADO, FILIPE, 2013, p. 167-185). Apesar da diminuta área da sondagem, pensamos que um alicerce aí detectado, cronologicamente atribuível ao séc. XVII, pertencerá, muito provavelmente, ao original edifício do Aljube anterior ao terramoto de 1755. Curiosamente esta estrutura afasta-se muito ligeiramente da fachada actual, indicando que a ordem da nova regularização seria para implementar em todos os casos, mesmo quando alguns edifícios pouco se afastassem do novo plano urbanístico. Com efeito, o novo projecto de cidade era-o no sentido global e a conservação de uma ou outra fachada não se coadunaria com o rasgar de novos e largos arruamentos, que obrigariam à sistemática demolição do edificado e desactivação de grande número de artérias. Na campanha arqueológica realizada no nº 3-a da Rua de S. Mamede (em área também abrangida pelo Museu do Teatro Romano), detectámos um destes pequenos becos que, com a nova reorganização urbanística, foi substituído, aspecto que voltaremos a analisar.

Paralelamente a estas investigações arqueológicas mas também documentais e de análise do edificado, encetámos uma investigação bibliográfica que permitisse perceber a última etapa de transformação deste edifício (com especial relevância para o Processo de Obra nº 39376 do Arquivo Municipal de Lisboa). Com efeito, foi possível saber que o último piso desta construção, por exemplo, é atribuível à segunda metade do séc. XIX, concretamente de 1878, momento que marca o início da laboração de uma fábrica de malas, depois propriedade daquele que será o grande empresário Teodoro dos Santos. Foi possível saber alguns dos pormenores desta unidade industrial que acompanha, em termos de alargamento, o sucesso do seu proprietário⁴.

A adaptação deste edifício a museu, que teve lugar em 2000 e 2001 – correspondendo assim, a mais uma etapa de transformação deste edifício – foi da responsabilidade da Arqt.ª Daniella Ermano (Figs.

⁴ Este trabalho de investigação tem vindo a ser desenvolvido, pela signatária e pela nossa colega Isabel Cemeira.

3 e 4), quanto ao projecto de arquitectura e de Ana Cristina Leite (então Chefe de Divisão dos Museus Municipais), relativamente ao projecto de museologia e que integrou, no percurso do museu, as novas áreas da futura escavação arqueológica, assim como algumas estruturas exumadas no decurso da campanha de 2001, mas sem que as mesmas sofressem algum processo de integração ou musealização.



Figura 3 – Aspecto das obras, em 2000, de adaptação do antigo edifício a museu.

3. UM MUSEU: A ÁREA ABRANGIDA PELO NOVO EQUIPAMENTO

O Museu do Teatro Romano localiza-se a sul do monumento cénico e ocupa, como acima descrito, a parte superior de um edifício reconstruído em época pombalina e que tem a sua fachada principal para a Rua Augusto Rosa. Até ao encerramento do museu para obras de recuperação e valorização (o que ocorreu a 2 de Maio de 2013) a entrada principal situava-se no Pátio do Aljube, acedendo-se ao mesmo por uma escadaria que estabelece a ligação à Rua Augusto Rosa.

Para além deste edifício o museu engloba também uma casa, com o respectivo terraço e antigo pátio, que se situa a norte, com frente para a Rua de S. Mamede (n.º 3-a e 3-b). Foi no interior desta casa pós-pombalina e no respectivo pátio que se realizaram as várias campanhas arqueológicas desde 2001, num total de cinco campanhas (que decorreram num total de onze meses de trabalho) (Fig. 1).

As ruínas do teatro romano, colocadas a descoberto entre 1964 e 1967 e posteriormente, entre 1989 e 1991, situam-se a norte daquele último espaço do museu que acima descrevemos e do lado norte da Rua de S. Mamede (Fig. 5). Deste modo, o Museu do Teatro Romano engloba uma série de espaços, distintos entre si e de características



Figura 4 – Aspecto final da sala de exposição permanente do Museu do Teatro Romano em 2001.



Figura 5 – Zona central do interior do teatro romano. Perspectiva de sudoeste para nordeste, observando-se em primeiro plano o embasamento do muro do *proscenium* e a *orchestra*.

arquitectónicas igualmente dissemelhantes e possui, como enorme barreira, uma rua, a Rua de S. Mamede, em funcionamento e que, infelizmente, divide este equipamento museológico.

As áreas intervencionadas arqueologicamente no séc. XXI ocorreram no pátio, fronteiro à Rua de S. Mamede e na área subjacente à casa pós-pombalina, também com entrada pela mesma artéria. Será neste último espaço que futuramente se localizará a entrada do Museu do Teatro Romano, possibilitando, assim, o acesso a pessoas com mobilidade reduzida.

Como mencionado, as campanhas arqueológicas mais recentes lograram a intervenção de espaços expectantes, mantendo, na totalidade, o espaço construído. As estruturas exumadas mais relevantes dizem respeito à grande estrutura do *post scaenium*, que suportaria a fachada cénica, assim como uma outra, de idênticas características estruturais e funcionais, situada um pouco mais a sul, e que igualmente integraria o sistema de engenharia de arranjo da encosta onde o teatro se implantou.

Além destas edificações romanas, coevas do monumento cénico, é de sublinhar o aparecimento de outras construções, atribuíveis aos sécs. XVII/XVIII, e que se localizam na área inferior à habitação pombalina, a cerca de 9 m de profundidade. Estes contextos conservaram-se em razoável estado devido ao facto de, durante a reconstrução pós-pombalina, este espaço ter sido aproveitado para a colocação dos inúmeros entulhos, provenientes da limpeza

dos escombros da envolvente e que preencheram, na totalidade, o interior do edifício seiscentista até ao nível do segundo piso, mantendo ao nível do r/c, as originais características construtivas e arquitectónicas, operando-se uma “fossilização” dos contextos, o que aconteceu imediatamente após o terramoto de 1755. Ainda mais curioso é o facto de a fachada sul desta habitação ter tido originalmente, uma ligação a um antigo beco então denominada Beco do Aljube que está por detrás do Celeiro da Mitra (Tombo de Lisboa de 1755 ..., Fl. 11 Bairro do Limoeiro), já por nós mencionado, que foi desactivado após 1755 mas que se conservou sob os escombros.

As intervenções arqueológicas realizadas na zona a sul do teatro lograram, assim, a descoberta de importantes vestígios os quais, em termos muito gerais, poderemos atribuir à época de fundação do teatro e que se relacionam com o sistema de engenharia de tratamento da encosta onde o teatro se apoia – conjunto detectado na área do antigo pátio da casa pombalina – e um outro conjunto de estruturas atribuível à época pré-pombalina – núcleo subjacente à mencionada casa.

Desde 2001, quando o Museu do Teatro Romano foi criado, que o conhecimento sobre o edifício mas também sobre a área envolvente, integrada por aquele equipamento, aumentou substancialmente. Por um lado, o que hoje se conhece sobre os vários edifícios onde o museu se instalou, especialmente o situado a sul, antigo Celeiro da Mitra e depois pólo industrial, levou a que estas edificações se constituam, elas próprias, em objectos expositivos e não exclusivamente, em invólucros de espólio. Estas construções encerram informações sobre si e sobre o contexto citadino que justificou a sua criação, alteração e adaptação ao longo dos tempos. O aumento de um piso ou a criação de um mezanino em estrutura metálica no edifício principal do museu, integram-no no movimento industrial lisboeta que suscitou a criação das célebres vilas operárias na cidade.

Mas como não há construções sem homens, a figura de Teodoro dos Santos é incontornável e dá o mote para saber mais sobre este homem que

criou a “Fábrica de Malas do Aljube” e responsável por uma das maiores indústrias deste tipo existentes em Portugal nos anos de 1940 (BASTOS, 1945). Foi este mesmo homem que, anos mais tarde, viria a criar o novo Casino do Estoril, que abriu portas em 1968, assim como o Hotel Estoril-Sol, inaugurado três anos antes.

4. UM TEATRO: ARQUEOLOGIA DA DESCOBERTA

Para iniciar a história da descoberta do teatro romano de Lisboa, temos que recuar a 1755 e à catástrofe que, para sempre, marcou a história da cidade. Foi precisamente no contexto das obras de reconstrução após o terramoto, que estas ruínas romanas foram, pela primeira vez, identificadas. Independentemente de quem foi a primeira pessoa a descobri-las e a reconhecê-las como antiguidade de cronologia romana⁵, ganhou especial destaque a figura de Francisco Xavier Fabri, arquitecto italiano que foi chamado ao local onde, no ano de 1798, se havia reconhecido aquele monumento cénico (FERNANDES, 2007, p. 28-30). Apesar das suas diligências junto ao rei, os ímpetus da reconstrução da cidade gritaram mais alto e, sobre aquelas ruínas, ergueu-se um novo edifício de rendimento (CARVALHO, 1979, p. 152).

Abstemo-nos de circunstanciar os pormenores das várias intervenções arqueológicas, já por demais vezes apresentados (FERNANDES, 2006, p. 181-204; *idem*, 2007, p. 28-39; *idem*, 2013, p. 51-62; FERNANDES, CAESSA, 2006-2007, p. 83-102, entre outros) razão pela qual somente indicaremos uma breve cronologia dos acontecimentos mais relevantes relacionados com as “redescoberta” do teatro e com as várias campanhas arqueológicas

⁵ Carlos Fabião, baseado em documentos constantes na Biblioteca Real do Rio de Janeiro, atesta que a descoberta destas ruínas em Lisboa se terá dado antes da data tradicionalmente apontada de finais daquele ano e que terão existido outros intervenientes antes da entrada em cena da figura emblemática do arquitecto italiano, concretamente Manoel Caetano de Sousa e Joaquim José da Costa e Sá (FABIÃO, 2013, p. 389-409).

operadas neste edifício e na sua envolvente:

- descoberta das ruínas do teatro romano no ano de **1798**;
- em **1799** o arquitecto Francisco Xavier Fabri envia uma missiva ao rei no sentido de se protegerem as ruínas entretanto colocadas a descoberto, e propõe a reconstituição de algumas partes do monumento;
- data de **1807** um manuscrito da autoria de Luís Antonio de Azevedo, sobre o teatro romano de Lisboa onde apresenta alguns desenhos do teatro. Manuscrito comprado pela C.M.L. em 2010;
- em **1815** sai a obra impressa de Luis António de Azevedo, de seu título completo: *Dissertação crítico-filologica-histórica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas e atendíveis circunstâncias da erecção do tablado e orchestra do antigo teatro romano descoberto na escavação da Rua de S. Mamede, perto do castello desta cidade, com a intelligência da sua inscrição em honra de Nero e noticia instrutiva d’outras memórias alli achadas e até agora apparecidas*;
- em **1960** o Arqt.º Cassiano Branco fala, em notícia saída no Diário de Lisboa (25 de Junho), da construção na Rua de S. Mamede, de um edifício que se sobreporia às ruínas do teatro, e sobre o qual o arquitecto aponta a sua opinião relativa à importância da “reconstituição arquitectónica do teatro”;
- redescoberta em **1964** por D. Fernando de Almeida, do antigo monumento romano, pela realização da 1ª campanha arqueológica no r/c do nº 2 da Rua de S. Mamede;
- em **1965** são retomadas as escavações arqueológicas por Irisalva Moita, então Conservadora-Chefe dos Museu Municipais da Câmara Municipal de Lisboa;
- criação, entre **1965 e 1967**, de uma área arqueológica para protecção das ruínas arqueológicas;
- em **1971** é elaborado um memorando por Irisalva Moita onde dá conta do processo de aquisições e demolições realizado na área abrangida pelo monumento cénico;

- o Decreto Lei nº 47984 de 6 de Outubro de **1976** declara o teatro romano Monumento Classificado;
- levantamento gráfico da totalidade das ruínas entretanto colocadas a descoberto, realizado pelo Instituto Arqueológico Alemão: **1985-1988**;
- em **1988** é criado o Gabinete Técnico do Teatro Romano no nº 6 da Rua de S. Mamede;
- na sequência da constituição daquele gabinete ocorre, entre **1990-1993**, a escavação da parte norte e nascente da área arqueológica, contígua às primeiras escavações realizadas por D. Fernando de Almeida e por Irisalva Moita;
- o antigo gabinete técnico é desactivado em **1998**. No mesmo ano é realizado o “Programa de Recuperação e Valorização do Teatro Romano, da autoria de Ana Cristina Leite, então Chefe de Divisão dos Museu Municipais da C.M.L.;
- em Fevereiro de **2001** são realizadas as primeiras escavações na parte sul do teatro, em área ocupada pelo futuro museu e no âmbito das obras da sua criação;
- inauguração do Museu do Teatro em Novembro de **2001**;
- em **2004** é removido o enorme alicerce que se encontrava ainda por cima das estruturas arqueológicas romanas e respeitante aos edifícios pombalinos (Rua da Saudade);
- novas campanhas arqueológicas em **2005** no antigo pátio da casa pós-pombalina (antigo pátio da casa do guarda do monumento: Rua de S. Mamede nº 3-b), continuadas em **2006** e finalizadas em **2010**;
- 22 de Agosto **2006**, parecer da DRC Lisboa para definição de Zona Especial de Protecção conjunta do Castelo de São Jorge e restos das cercas de Lisboa, Baixa Pombalina e imóveis classificados na sua área envolvente;
- em **2009** são realizadas sondagens arqueológicas no Pátio do Aljube e na Rua Augusto Rosa (frente ao nº 42) com vista a um conhecimento mais aprofundado da envolvente do teatro romano;
- em **2011** é finalizada a escavação subjacente à

- casa pós-pombalina (nº 3-a da Rua de S. Mamede);
- em **2011** dá-se início ao projecto correspondente à “Segunda Fase de Remodelação e Valorização do Museu do Teatro Romano”;
- as obras de remodelação do Museu do Teatro Romano e da integração das várias estruturas arqueológicas têm início a 2 de Maio de **2013**.

Actualmente (Dezembro de 2013), esta segunda fase de remodelação do Museu do Teatro Romano encontra-se em curso sendo o principal objectivo desta nova campanha de obras, como mencionado, a integração das múltiplas estruturas arqueológicas que foram surgindo ao longo das várias campanhas de escavação e, em consequência destas, da actualização da colecção em exposição.

5. A MUSEALIZAÇÃO DAS RUÍNAS: O CAMPUS ARQUEOLÓGICO

O “novo” Museu do Teatro Romano é novo, com efeito, pelo facto de o seu próprio espaço ter aumentado. Esta amplificação deveu-se não a qualquer alargamento da área construída mas pelo facto de novos espaços e, sobretudo, novas estruturas, terem sido colocadas a descoberto fruto das várias campanhas arqueológicas realizadas nos espaços expectantes do museu.

Deste modo, antigas áreas são agora incluídas no percurso museológico pela nova funcionalidade que, agora, passam a deter. O antigo jardim ou pátio da casa pós-pombalina que, em 2001, se podia percorrer, encontra-se agora cerca de 9 m abaixo do antigo nível de pavimento e as estruturas arqueológicas aí detectadas são reabsorvidas pelo percurso museológico, adoptando uma nova função (Figura 6).

As opções assumidas nesta reintegração das ruínas no percurso museológico e museográfico aproximam-nas do conceito de “ruinismo”, não na acepção romântica de novecentos, mas antes no de fruição do próprio estado de conservação das ruínas, consideradas como mortas mas, simultaneamente, como veículo de transmissão da sua história, testemunhas de vivências do passado e que o certificam,



Figura 6 – Perspectiva de nascente para poente da área do museu situada a norte (com fachada para a Rua de S. Mamede). Observam-se as várias estruturas arqueológicas exumadas na área do pátio, em primeiro plano, e na área subjacente à casa pós-pombalina, ao fundo, nesta ocasião ainda não totalmente intervencionada.

“...en determinadas actuaciones patrimoniales, la consolidación pura y simple del monumento o de lo que queda de él (ya muerto) es la única estrategia posible. Se trata de proceder a evaluar la memoria acumulada y la memoria evocadora...” (PEREIRA, 2000, p. 124).

Estas novas áreas passam a ser áreas musealizadas mas sendo abarcadas pelo discurso expositivo, sendo consideradas, elas também, como objecto, espólio de um local. O objectivo principal foi o da sua conservação, mas sem que o restauro implementado interferisse com o seu estado de conservação ou alterasse, na sua essência, as marcas da sua história, os testemunhas da renovação, alteração e, em simultâneo da sua devastação e do seu abandono.

Nesta segunda fase do projecto do Museu do Teatro Romano foram assim, contempladas acções de conservação e restauro. Foram implementados

trabalhos de limpeza e de consolidação das estruturas arqueológicas e sobretudo dos seus paramentos, apenas se tendo realizado a reintegração de rebocos e estuques quando indispensável para a respectiva estabilidade. O principal investimento neste campo foi o da estabilidade física das estruturas arqueológicas, tendo sido realizadas algumas acções profundas de contenção de forma a assegurar a sua estabilidade e segurança.

6. UM MUSEU: UM PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO

Desde a inauguração do Museu do Teatro Romano em 2001 até ao momento, a actividade principal do museu pautou-se por dois princípios base: o desenvolvimento da actividade arqueológica e a divulgação dos respectivos resultados. Estes objectivos integram a própria missão deste museu: “o estudo, investigação, salvaguarda e preservação das estruturas arqueológicas que integram o espaço museológico (...) [mas também] a divulgação deste património, composto pelas ruínas do teatro de época romana e pelas ocupações humanas reconhecidas no local, anteriores e posteriores à construção do monumento romano e respectivo espólio”.

Por um lado tentou-se ultrapassar a ausência de publicações sobre o monumento romano, em particular sobre as campanhas arqueológicas efectuadas na década de 1980/90 as quais, em boa verdade, potencialmente encerrariam inúmeras informações sobre o mesmo, particularmente sobre as épocas posteriores à época romana, mas sobre as quais, infelizmente, não possuímos praticamente quaisquer dados⁶. Na verdade, aquelas campanhas arqueológicas valem pelas estruturas que possibilitaram exumar e não pela informação fornecida pela intervenção arqueológica. Por outro lado, foi evi-

⁶ As únicas publicações existentes sobre estas intervenções referem-se a dados assaz parcelares. Cf. relativamente a estes aspectos FERNANDES, 2007, p. 28-39). De sublinhar que as campanhas arqueológicas realizadas entre 1989 e 1993 resultaram somente num breve artigo publicado em 1993 (DIOGO, 1993, p. 217-224).

dente, desde o início dos trabalhos, a necessidade de publicar sistematicamente todos os resultados das campanhas que viessem a ser efectuadas.

As publicações existentes sobre o monumento, se exceptuarmos breves referências aquando do seu primeiro aparecimento e surgidas na Gazeta de Lisboa (Suplemento XLVII, 23 Novembro 1798; idem, Suplemento VI, 9 Fevereiro, 1799) e, posteriormente, na Ilustração Portuguesa (IIª Série, nº 29, 10 de Setembro 1906) são, até à década de 1990, bastante escassas. Se exceptuamos o primeiro levantamento realizado por Francisco Xavier Fabri e a obra posterior de Luís António de Azevedo, as restantes publicações referem-se aos primeiros arqueólogos que intervieram no local, primeiro D. Fernando de Almeida (1965, p. 561-571) e depois Irilvalva Moita (1970, p. 3-33). Sublinha-se ainda o estudo das epígrafes exumadas no local e registadas em 1798 (SILVA, 1944, p. 172-178). Teria que se esperar por 1990 para ver surgir o primeiro levantamento das campanhas arqueológicas do séc. XX, acompanhado pelo minucioso estudo das estruturas e elementos exumados, trabalho levado a cabo pelo Instituto Arqueológico Alemão (HAUSCHILD, 1990, p. 348-392).

Os trabalhos que se seguiram limitaram-se a dois, um da autoria de Jorge de Alarcão, onde sintetiza as informações até então reunidas sobre o teatro (1982, p. 287-302) e outro realizado por Adriano Vasco Rodrigues que, de forma muito efémera, esteve à frente do Gabinete Técnico do Teatro Romano entre 1987 e 1989 (1987). Neste último trabalho, as identificações que o autor estabelece entre estruturas e alicerces pombalinos e vestígios do teatro são totalmente fantasiosas.

Quando, em 2001, iniciámos a acção sistemática de escavação da área subjacente à casa pombalina e da área contígua coincidente com o pátio ajardinado daquela habitação, não suspeitávamos que a diversidade de contextos antrópicos seria tão grande e que, a aparente simplicidade da estratigrafia evidenciada era precisamente apenas isso. Com efeito, observámos que, em grande parte da área do pátio os múltiplos estratos detectados, de cro-

nologia romana, correspondiam a uma deposição secundária podendo ser relacionados com as fases preparatórias de edificação da grande estrutura do post scaenium e com a necessidade de o alicerçar em solo firme, procedimento que obrigou a um enorme desaterro e a um posterior reenchimento da área entre muros.

Não nos deteremos aqui sobre os pormenores da intervenção e, muito menos sobre o espólio e edificações detectadas. A bibliografia que se apresenta no final deste trabalho indica onde tais resultados se encontram circunstanciadamente descritos. Interessa somente, no contexto do presente texto, salientar o tipo de evidências que enriquecem o conhecimento actual que se tem sobre o monumento romano mas também do local onde o mesmo se implantou. A fatia de história que é possível conhecer, permite uma visão transversal da evolução da cidade, na qual o teatro constitui o elo de ligação que interliga os vários acontecimentos e que pautou muitas das soluções arquitectónicas e urbanísticas que hoje caracterizam esta área da cidade. A “moral da história”, da história que se pretende dar a conhecer no Museu do Teatro Romano, é que tudo tem uma razão, tudo tem um passado e que todos nós somos intervenientes directos na construção do nosso presente.

De forma muito sucinta enumeraremos os principais vestígios detectados na área do “Núcleo da Casa pós-pombalina” e no “Núcleo do Pátio” situado a nascente.

No primeiro caso, os vestígios arqueológicos dizem respeito a estruturas que poderão ser atribuíveis ao período situado entre os finais do séc. XVI e 1755. Trata-se de uma habitação que conserva as respectivas paredes até ao nível do 3º piso, mantendo a escada exterior de acesso e o pavimento inferior em seixo rolado. É de realçar as características construtivas e o facto de uma porta permitir o acesso a uma pequena artéria que identificamos como sendo o Beco do Aljube por Detrás do Celeiro da Mitra e que tivemos oportunidade de mencionar (FERNANDES, 2007, p. 33-34; FERNANDES; ALMEIDA, 2011, p. 111-122; FERNANDES, ALMEIDA,

LOUREIRO, no prelo). Trata-se de uma pequena via empedrada com seixo rolado que permitia um acesso directo ao r/c da habitação, onde se instalariam os estábulos para animais de pequeno porte e funcionando igualmente como armazém de cereais e arrumos (Figura 7).



Figura 7 – Antiga habitação dos sécs. XVI/XVII, destruída pelo terramoto de 1755. Perspectiva de nascente para poente e em fase de intervenção. Os arcos, ao fundo, são estruturas de suporte construídas em época pombalina aquando da edificação dos edifícios actuais.

A estrutura mais importante, desde logo detectada em 2001, foi a estrutura dos *post scaenium*. Este enorme muro, onde assenta a fachada actual da casa pós-pombalina prolonga-se para nascente, ocupando, quase na totalidade, todo o comprimento do pátio. Também aqui, a fachada actual do pátio, construída nos inícios do séc. XIX, aproveitou esta enorme estrutura como alicerce (FERNANDES, 2007, p. 34-35; FERNANDES, PINTO, 2009, p. 169-188; FERNANDES, 2013-a, p. 765-773).

Na zona do pátio, para além da estrutura referida (Figura 8), sublinha-se o aparecimento de um outro muro de contenção, situado mais a sul, “fossilizado” no local e ainda conservado em grande parte o que permite, em conjugação com outras informações obtidas na pequena sondagem realizada em 2009 em frente à fachada sul do museu (FERNANDES, SEPÚLVEDA, ANTUNES, 2012, p. 44-55), propor um sistema de engenharia e de arranjo urbanístico da área a sul do monumento cénico, desafio importante perante o enorme desnível topográfico que atinge cerca de 16 m, o que terá obrigado a uma planificação minuciosa da obra e implicado avultados recursos económicos (FERNANDES, 2013-a, p. 765-773).



Figura 8 – Parte da grande estrutura do *post scaenium* (face sul).

Ainda na campanha de 2005, e antes da detecção dos níveis romanos, foram atingidos contextos de época medieval islâmica, balizados entre o séc. XI e o séc. XII e níveis baixo medievais atribuíveis ao séc. XIV. O primeiro destes contextos foi registado no interior da estrutura do *post scaenium*, talvez em

local ocupado originalmente pela antiga *choragia* do teatro, e depois reutilizada como estrutura habitacional (FERNANDES, COROADO, CALADO, COSTANTINO, no prelo).

O contexto do séc. XIV foi igualmente reconhecido na campanha arqueológica de 2005, em área circunscrita, delimitada pelo *terminus* nascente do muro do post scaenium. A enorme quantidade de espólio, algum de especial qualidade, não logrou, no entanto, perceber cabalmente a estrutura na qual estes materiais se encontravam em deposição secundária indicando o momento da desactivação/abandono daquela estrutura (FERNANDES, MARQUES, TORRES, 2008, p. 159 – 183) (Figura 9).

Em 2006, a continuação da escavação na área do pátio permitiu identificar de forma inequívoca, o muro sul, também de contenção, como acima mencionado. “Temos, assim, duas estruturas, sensivelmente paralelas entre si que têm por função a contenção da colina e a criação de plataformas artificiais entre si” (FERNANDES, 2013-a, p. 767). Foi justamente junto a esta nova infraestrutura do teatro que, em 2010, foram detectados níveis republicanos e da Idade do Ferro, estes últimos compreendidos entre os sécs. IV e III a.C. (CALADO, PIMENTA, FERNANDES, FILIPE, 2013, p. 641-649) os quais atestam uma ocupação efectiva do local.

A presença de fornos de produção cerâmica documenta igualmente uma economia dinâmica que se encontraria instalada neste local antes da chegada dos romanos. A produção de cerâmica, de clara imitação dos modelos orientais prova, igualmente, um acesso próximo aos modelos de importação, a sua rápida adopção e respectiva reprodução (FERNANDES, COROADO, no prelo).

Estas informações podem ser complementadas com a interpretação dos vestígios da sondagem arqueológica realizada em 2009 no pequeno Pátio do Aljube. Apesar da exiguidade da área intervenção, “... preservaram-se estruturas de pedra seca, possivelmente socos de muros em adobe de cariz habitacional, deixando antever fases mais antigas do povoado pré-romano aberto ao mediterrâneo. Seja qual for a cronologia da sua génese, esta

deriva sem dúvida da implantação estratégica do morro onde se vem a desenvolver o castelo medieval, e que levou a que desde inícios do primeiro milénio a.C. aqui se estabelecesse um importante povoado.” (FERNANDES, PIMENTA, CALADO, FILIPE, no prelo). Estas estruturas e os materiais cerâmicos associados – pratos de engobe vermelho, ânforas, cerâmica cinzenta e cerâmica pintada em bandas – permitem uma atribuição cronológica balizada entre os sécs. IX-VII a.C. (*idem ibidem*).



Figura 9 – Contexto atribuível ao séc. XIV com grande estrutura cerâmica que poderá ser identificada como poço ou conduta de água.

7. UMA NOVA HISTÓRIA PARA O MUSEU DO TEATRO ROMANO: DO MONUMENTO AO MUSEU

Como oportunamente referido, um dos objectivos da “Segunda Fase de Remodelação e Valorização do Museu do Teatro Romano”, consistia numa manutenção geral do espaço expositivo, o qual se impunha passados que estavam quase treze anos do início da sua abertura ao público. No entanto, o propósito final das obras de engenharia e de arquitectura, foi o de retribuir ao visitante as antigas cidades de Lisboa que foram sendo camufladas, alteradas e modificadas ao longo dos séculos.

As intervenções arqueológicas realizadas desde 2001 permitiram a descoberta de inúmeros vestígios antrópicos. O espólio recolhido é em muito maior número do que o existente àquela data e atribuível a múltiplas cronologias, factos que obriga-

ram a um repensar do conjunto expositivo e a uma actualização do discurso museológico. O aspecto fundamental, não obstante este enorme enriquecimento da colecção arqueológica, diz respeito às próprias estruturas encontradas ao longo da escavação, atestando e documentando *in situ* e diacronicamente, a vivência deste local.

O novo projecto de arquitectura tem como principal justificação a integração destas estruturas arqueológicas no espaço museográfico e a sua fruição por parte do público, objectivo apenas possível pela criação de acessibilidade aos vários locais e pela disponibilização da informação fornecida ao visitante.

O conceito expositivo inicialmente esboçado em 2001 teve, assim, alterações e cambiantes fundamentais. Independentemente das opções museográficas e arquitecturais que tiveram lugar, é a própria concepção de museu que mudou radicalmente. Concebido como um incipiente museu monográfico, o Museu do Teatro Romano mostra-se hoje como um museu de sítio, um museu de Lisboa, um museu da cidade e para a cidade⁷.

Seguindo a noção de museu como espaço de preservação de objectos, protegendo dentro de si obras valiosas, testemunhas da actividade humana ou da nossa compreensão/visão do mundo, o Museu do Teatro Romano enquadra-se numa categoria ambígua que lhe confere um carisma distinto. Englobando múltiplos espaços arqueológicos e abrangendo diversos edifícios – originalmente de distintas funcionalidades e cronologias – este museu deve ser entendido como uma janela aberta ao passado e à história da cidade, muito mais que um repositório de testemunhos da acção humana. A visita a este espaço, é também uma visita sensorial, um recuar no tempo mas também no espaço, uma vivência de ambientes porque eles existem, sem que sujeitos a qualquer recriação.

É uma visita à cidade, aos seus passados e ao seu presente.

⁷ Administrativamente, o Museu do Teatro Romano constitui um núcleo do Museu da Cidade, dependente directamente da Direcção Municipal da Cultura (Câmara Municipal de Lisboa).

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge (1982). O teatro romano de Lisboa. *Actas del Sympio: El Teatro en la Hispania Romana*. Badajoz, p. 287-302.

ALMEIDA, D. Fernando de (1965). Notícia sobre o teatro de Nero, em Lisboa. *Lycerna*. 5, p. 561-571.

AZEVEDO, Luís António de. *Dissertação crítico-filologica-histórica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas e atendíveis circunstâncias da erecção do tablado e orquestra do antigo theatro romano descoberto na escavação da Rua de S. Mamede, perto do castello desta cidade, com a intelligência da sua inscrição em honra de Nero e noticia instrutiva d'outras memórias allí achadas e até agora apparecidas*, Lisboa, 1815.

BASTOS, Carlos (1945). *Praça de Lisboa: livro de ouro do comércio e indústria da capital*; Fábrica de Malas Teodoro dos Santos. Pátio do Aljube nº 5 à Sé. Lisboa.

BRITO, Gomes de, *Ruas de Lisboa. Notas para a história das ruas públicas lisboenses*, vol. 1, Lisboa, 1935.

CALADO, Marco; PIMENTA, João; FERNANDES, Lídia; FILIPE, Victor (2013). Conjuntos cerâmicos da Idade do Ferro do teatro romano de Lisboa: as cerâmicas de engobe vermelho. *Arqueologia em Portugal. 150 anos* (coord. J. M. Arnaud, A. Martins, C. Neves), Associação dos Arqueólogos Portugueses: Lisboa, p. 641-649.

CARITA, Hélder (1994). *Bairro Alto, Tipologias e Modos Arquitectónicos*. Ed. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa.

CARVALHO, Aires de (1979). *Os três Arquitectos da Ajuda do Rocaille ao Neoclássico: Manoel Caetano de Sousa, 1742-1802. José da Costa e Silva, 1747-1819. Francisco Xavier Fabri, 1761-1817*. Lisboa. Academia Nacional das Belas Artes.

CASTILHO, Júlio de. *Lisboa Antiga – Bairros Orientais*, vols. VI e IX, Lisboa, 1937.

Cópia do Tombo da Cidade de Lisboa em 1755, que está no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, feita sobre uma copia do mesmo tombo, da letra de José Valentim de Freitas; que está na Associação dos Arqueólogos, por João Marques da Silva, em Junho de 1894, Museu da Cidade (Texto Policopiado).

DIOGO, A. M. Dias (1993). O teatro romano de Lisboa. Notícias sobre as actuais escavações. *Teatros Romanos da Hispania. Cuadernos de Arquitectura Romana*. 2. Múrcia, p. 217-224.

FABIÃO, Carlos (2013). Escavando entre papéis: sobre a descoberta, primeiros desaterros e destino das ruínas do teatro romano de Lisboa. *Vir bonus peritissimus aequae. Estudos de homenagem a Arnaldo do Espírito Santo*. Centro de Estudos Clássicos. Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa, p. 389-409.

FERNANDES, Lídia (1994). Teatro romano de Lisboa: novos elementos sobre a sua história no período medieval. *Actas das*

- V *Jornadas Arqueológicas, Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Vol. 1. Lisboa, p. 239-242.
- FERNANDES, Lúcia (2001). Capitéis do Teatro Romano de Lisboa. *Anas – Revista del Museo Nacional de Arte Romano*. Mérida. Nº14, p. 29-51.
- FERNANDES, Lúcia (2004-2005). As bases de coluna nos desenhos dos séculos XVIII e XIX do Teatro romano de Lisboa. *Revista Arqueologia e História, Associação dos Arqueólogos Portugueses*, nº 56/57, Lisboa, p. 83-94
- FERNANDES, Lúcia (2006). O Teatro de Lisboa – intervenção arqueológica de 2001”, *III Jornadas Cordobesas de Arqueologia Andaluza – Los Teatros Romanos de Hispânia* (Córdoba, 12-15 Novembro 2002). Córdoba, p. 181-204.
- FERNANDES, Lúcia (2007) – Teatro romano de Lisboa – os caminhos da descoberta e os percursos da investigação arqueológica. *Revista Al-madan*, Almada, 15, p. 27 – 39
- FERNANDES, Lúcia (2013). Museu do Teatro Romano (2001-2013): Balanço de uma década de intervenção e novos projectos para o espaço museológico. *Revista Almadán*. Centro de Arqueologia de Almada. IIª série, 18, p. 51-62.
- FERNANDES, Lúcia (2013-a). Teatro romano de Olisipo: a marca do novo poder romano. *Arqueologia em Portugal. 150 anos* (coord. J.M. Arnaud, A. Martins, C. Neves), Associação dos Arqueólogos Portugueses: Lisboa, p. 765-773.
- FERNANDES, Lúcia. The production of architectural elements in the city of *Felicitas Iulia Olisipo* (Lisbon): the capitals. *XVIII Congreso Internacional de Arqueologia Clásica*. Mérida (6-11 Maio). Poster (em publicação).
- FERNANDES, Lúcia; ALMEIDA, Rita Fragoso de (2011). Um Ceileiro da Mitra no Teatro Romano de Lisboa: inércias e mutações de um espaço do séc. XVI à actualidade. *Congresso Internacional de Arqueologia Moderna* (6-9 Abril, FCSH da Universidade Nova de Lisboa). Lisboa, p. 111-122.
- FERNANDES, Lúcia; ALMEIDA, Rita Fragoso de; LOUREIRO, Carlos. Entre o Teatro Romano e a Sé de Lisboa: evolução urbanística e marcos arquitectónicos da antiguidade à reconstrução pombalina. *Revista de História de Arte* da FCSH Universidade Nova de Lisboa (no prelo).
- FERNANDES, Lúcia; CAESSA, Ana (2006-2007) - O proscaenium do Teatro romano de Lisboa: aspectos arquitectónicos, escultóricos e epigráficos da renovação decorativa do espaço cénico. *Revista Arqueologia e História*, nº 58/59, p. 83-102
- FERNANDES, Lúcia; COROADO, João. Novos dados sobre a ocupação pré romana do teatro romano de Lisboa: proveniência das produções cerâmicas dos sécs. IV e III a.C. (campanha arqueológica de 2010). 8º Encontro de Arqueologia do Algarve *A Arqueologia e as outras Ciências*, Silves, 21-23 Outubro 2010 (em publicação).
- FERNANDES, Lúcia; MARQUES, António; TORRES, Andreia (2008). Ocupação baixo medieval do teatro romano de Lisboa: a propósito de uma estrutura hidráulica cerâmicas vidradas e esmaltadas. *Arqueologia Medieval*. Vol. 10. Porto, 2008, p. 159 – 183.
- FERNANDES, Lúcia; PIMENTA, João; CALADO, Marco; FILIPE, Victor. Ocupação sidérica na área envolvente do Teatro Romano de Lisboa: O Pátio do Aljube. *Revista Portuguesa de Arqueologia* (em publicação).
- FERNANDES, Lúcia; PINTO, António Nunes (2009). Sobre um bronze zoomórfico do teatro romano de Lisboa. Consagração de um monumento ou ocupação ancestral de um espaço. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 12: 1, Lisboa, p. 169-188.
- FERNANDES, Lúcia; SALES, Paulo (2005). Projecto Teatro Romano, Lisboa – a reconstituição virtual. *Revista Arquitectura e Vida*. Nº 57. Lisboa (Fevereiro 2005), p. 28-32.
- FERNANDES, Lúcia; SEPÚLVEDA, Eurico de (2009). As marcas em terra sigillata de tipo itálico do teatro romano de Lisboa (campanhas 2005/2006). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 12, nº 1, p. 139-168.
- FERNANDES, Lúcia; SEPÚLVEDA, Eurico; ANTUNES, Márcio (2012). Teatro Romano de Lisboa: sondagem arqueológica a sul do monumento e o urbanismo de Olisipo, *Revista Almadán*, p. 44-55.
- FERNANDES, Lúcia; COROADO, João; CALADO, Marco; COSTANTINO, Chiara. Ocupação medieval islâmica no Teatro Romano de Lisboa. O caso do aproveitamento do postcaenium no decurso do século XII. *X Congresso Internacional de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo* (Silves, 22-27 de Outubro de 2012) (no prelo).
- HAUSCHILD, Theodor (1990). Das Roemische theater von Lissabon. Planaufnahme 1985-1988. *Madrider Mitteilungen*. 31, p. 348-392.
- Ilustração Portuguesa*. IIª Série, nº 29, 10 de Setembro 1906, p.185-190.
- LUIS, João. [Registo do cordeamento]. 28 de Janeiro de 1665. Acessível no *Livro de Cordeamentos 1614–1699*, Arquivo Histórico Municipal, Câmara Municipal de Lisboa, cota: BL-2.A.058.05.35.
- MACEDO, Luís Pastor de. *Lisboa de Lés-a-Lés*, ed. Câmara Municipal de Lisboa, vol. I, Lisboa, 1940.
- MOITA, Irisalva. “O teatro romano de Lisboa”, *Revista Municipal*, Lisboa, vol. 124/125, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1970, p.7-37.

Obra nº 39376 [Processo de Obra], Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio, código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OP/01/334479.

Plan de la Ville de Lisbonne en 1650, existant aux Archives Municipales [Material Cartográfico]. Desenho aguarelado. Museu da Cidade. 1850. Nº Inv.: MC.DES.1084.

Planta da Baixa de Lisboa antes do terramoto, na zona das actuais freguesias da Sé, S. Tiago, S. Miguel, Castelo e S. Cristóvão e S. Lourenço [Material Cartográfico]. Desenho a tinta-da-china sobre tela. Museu da Cidade. Nº Inv.: MC.DES.4295.

RODRIGUES, Adriano Vasco (1987) – O Teatro Romano de *Felicitas Julia* (Lisboa). Suplemento de *Ingenium*. Dezembro

Segundo Suplemento à *Gazeta de Lisboa*. XXVII. 7 de Julho de 1798. Lisboa. Regia Officina Typografica.

Segundo Suplemento à *Gazeta de Lisboa*. VI. 9 de Fevereiro de 1799. Lisboa. Regia Officina Typografica.

SEPÚLVEDA, Eurico; FERNANDES, Lídia (2013). Teatro romano de *Felicitas Julia Olisipo*: la sigillata de tipo itálico decorada (campanhas 2005-2006). Congreso Internacional de la SECAH: Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania (Cádiz 3-4 de Marzo de 2011). *Monografías ex officina hispana*. Tomo II. Cádiz, p. 59-72.

SILVA, A. Vieira da. *A Cerca Moura de Lisboa*, Lisboa, 1939.

Synopse dos Principais Actos Administrativos da Camara Municipal de Lisboa (ano de 1836), CML, Lisboa, 1937.

PEREIRA, Paulo (2000). La musealización del patrimonio edificado. Algunos ejemplos. *Revista de Museologia – Museos y Museología en Portugal*. RdM[monografias], p. 119-136.



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863–2013

www.arqueologos.pt